Sala 74

Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. | CRP, Artigo 74.º

Sector dos Professores LX | Organização Regional de Lisboa | Partido Comunista Português

Novembro de 2021 | Número 3

Centenário de José Saramago

Escritor universal, intelectual de Abril, militante comunista

Com a Sessão Cultural de 30 de Outubro passado, o Partido Comunista Português iniciou as Comemorações do Centenário do nascimento de José Saramago, Prémio Nobel da Literatura, sob o lema «Escritor universal, intelectual de Abril, militante comunista», comemorações que decorrerão até Dezembro de 2022.

Ao assinalar o Centenário de Saramago - 16 de Novembro de 2022 - o PCP pretende contribuir para a divulgação e para o debate em torno da obra literária de um dos maiores escritores da língua portuguesa e um dos mais destacados intelectuais do Portugal de Abril, bem como contribuir para dar a conhecer o seu papel na luta contra o fascismo, em defesa de Abril e o militante comunista que foi até ao fim da sua vida.

Nesta evocação na Sala 74 entendemos que as comemorações do centenário de José Saramago são uma oportunidade especial para a leitura ou releitura da sua obra (em prosa, poesia, teatro, crónica e comentário político) e, por isso, damos espaço às palavras do próprio escritor:

«Nasci numa família de camponeses sem terra, em Azinhaga, uma pequena povoação situada na província do Ribatejo, na margem direita do Rio Almonda, a uns cem quilómetros a nordeste de Lisboa...

... Fui bom aluno na escola primária: na segunda classe já escrevia sem erros de ortografia, e a terceira e quarta classes foram feitas em um só ano. Transitei depois para o liceu, onde permaneci dois anos, com excelentes notas no primeiro, bastante menos boas no segundo, mas estimado por colegas e professores, ao ponto de ser eleito (tinha então 12 anos...) tesoureiro da associação académica... Entretanto, meus pais haviam chegado à conclusão de que, por falta de meios, não poderiam continuar a manter-me no liceu. A única alternativa que se apresentava seria entrar para uma escola de ensino profissional, e assim se fez: durante cinco anos aprendi o ofício de serralheiro mecânico. O mais surpreendente era que o plano de estudos da escola, naquele tempo, embora obviamente orientado para formações profissionais técnicas, incluía, além do francês, uma disciplina de Literatura. Como não tinha livros em casa (livros meus, comprados por mim, ainda que com dinheiro emprestado por um amigo, só os pude ter aos 19 anos)



José Saramago na Festa do Avante

foram os livros escolares de Português, pelo seu carácter "antológico", que me abriram as portas para a fruição literária: ainda hoje posso recitar poesias aprendidas naquela época distante.

Terminado o curso, trabalhei durante cerca de dois anos como serralheiro mecânico numa oficina de reparação de automóveis. Também por essas alturas tinha começado a frequentar, nos períodos nocturnos de funcionamento, uma biblioteca pública de Lisboa. E foi aí, sem ajudas nem conselhos, apenas guiado pela curiosidade e pela vontade de aprender, que o meu gosto pela leitura se desenvolveu e apurou...»

De Autobiografia

«O homem mais sábio que conheci em toda a minha vida não sabia ler nem escrever. Às quatro da madrugada, quando a promessa de um novo dia ainda vinha em terras de França, levantava-se da enxerga e saía para o campo, levando ao pasto a meia dúzia de porcas de cuja fertilidade se alimentavam ele e a mulher. Viviam desta escassez os meus avós maternos, da pequena criação de porcos que, depois do desmame, eram vendidos aos vizinhos da aldeia, Azinhaga de seu nome, na província do Ribatejo. Chamavam-se Jerónimo Melrinho e Josefa Caixinha, esses avós, e eram analfabetos um e outro.

No Inverno, quando o frio da noite apertava ao ponto de a água dos cântaros gelar dentro da casa, iam buscar às pocilgas os bácoros mais débeis e levavam-nos para a sua cama. Debaixo das mantas grosseiras, o calor dos humanos livrava os animaizinhos do enregelamento e salvava-os de uma morte certa...... Ajudei muitas vezes este meu avô Jerónimo nas suas andanças de pastor, cavei muitas vezes a terra do quintal anexo à casa e cortei lenha para o lume, muitas vezes, dando voltas e voltas à grande roda de ferro que accionava a bomba, fiz subir a água do poço comunitário e a transportei ao om-

bro, muitas vezes, às escondidas dos guardas das searas, fui com a minha avó, também pela madrugada, munidos de ancinho, panal e corda, a recolher nos restolhos a palha solta que depois haveria de servir para a cama do gado. E algumas vezes, em noites quentes de Verão, depois da ceia, meu avô me disse: "José, hoje vamos dormir os dois debaixo da fiqueira"...»

De *Discurso na Academia Sueca*, 7 de Dezembro de 1998

«Tempo houve em que Lisboa não tinha esse nome. Chamavam-lhe Olisipo quando os Romanos ali chegaram. Olissibona guando a tomaram os Mouros, que logo deram em dizer Aschbouna, talvez porque não soubessem pronunciar a bárbara palavra. Quando, em 1147, depois de um cerco de três meses, os Mouros foram vencidos, o nome da cidade não mudou logo na hora sequinte: se aquele que iria ser o nosso primeiro rei enviou à família uma carta a anunciar o feito, o mais provável é que tenha escrito ao alto Aschbouna, 24 de Outubro, ou Olissibona, mas nunca Lisboa. Quando começou Lisboa a ser Lisboa de facto e de direito? Pelo menos alguns anos tiveram de passar antes que o novo nome nascesse, tal como para que os conquistadores Galegos começassem a tornar-se Portugueses... ...Quando tive de recriar o espaço e o tempo de Lisboa onde Ricardo Reis viveria o seu último ano, sabia de antemão que não seriam coincidentes as duas noções do tempo e do lugar: a do adolescente tímido que fui, fechado na sua condição social, e a do poeta lúcido e genial que frequentava as mais regiões do espírito. A minha Lisboa foi sempre a dos bairros pobres. e guando, muito mais tarde, as circunstâncias me levaram a viver noutros ambientes, a memória que preferi quardar foi a da Lisboa dos meus primeiros anos, a Lisboa da gente de pouco ter e de muito sentir, ainda rural nos costumes e na compreensão do mundo...»

De Palavras para uma cidade



Uma história

12 de Novembro: as escolas na Greve da Administração Pública

Comissão sindical reúne. Solicita à direcção do sindicato presença na assembleia do núcleo de professores sindicalizados da escola. Recebe-se e divulga-se a convocatória. Reúnem-se os sindicalizados e os que o não são. Esclarece-se. Juntam-se forças com a comissão sindical dos assistentes operacionais. Elabora-se um texto conjunto. Transmite-se o comunicado a toda a escola. Preparam-se cartazes e faixas

De manhã cedinho expõem-se os materiais, afixa-se à entrada o comunicado das comissões. Cá fora, no gradeamento, auxiliares da acção educativa e professores, os das comissões e os que quiseram estar ao seu lado. A direcção da escola afixa comunicado ao lado do nosso: Escola Encerrada. Vêm alunos e permanecem. Somos filmados e entrevistados. Chegam alguns professores, uns entram, outros desistem. Tiram-se fotos. Tensão no piquete. Portão fechado, entrada barrada? Entra quem quer mas poucos querem. Esperam-se algumas horas. Envia-se e-mail ao sindicato.

Uma escola entre muitas a contar na greve da Administração Pública em que mais escolas encerraram por todo o país: 95%.

Mulheres e Resistência

"Novas Cartas Portuguesas" e outras lutas

O Museu do Aljube continua até 31 de Dezembro com a exposição temporária «Mulheres e Resistência – Novas Cartas Portuguesas e outras lutas». A exposição decorre no âmbito dos 50 anos da escrita das *Novas Cartas Portuguesas*, um livro marcante na resistência antifascista, que deu origem ao processo das Três Marias, processo que consistiu na censura e julgamento das autoras.

O livro é escrito, numa abordagem ousada do ponto de vista literário e temática, por 3 mulheres escritoras e amigas, envolvidas e empenhadas na resistência portuguesa.

A partir desta obra singular de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, a exposição fala do papel decisivo das mulheres na luta, dos seus direitos e história, apresentando o papel da repressão, o valor da solidariedade e a importância da vitória do processo literário e político de *Novas Cartas Portuguesas*.

A interessante exposição pretende destacar o contributo de tantas mulheres que, com origens e percursos diferentes, inventaram e concretizaram batalhas pelos seus direitos, pela justiça social e pela liberdade, desde os anos 30 até ao 25 de Abril. Todos estes processos destacam o papel insubstituível das mulheres ao longo dos 48 anos de resistência ao fascismo e a sua importância na conquista da liberdade no nosso país.

É recomendada a visita e a atenção à vasta programação paralela que pretende ligar múltiplas perspetivas sobre a luta pela igualdade e pela liberdade, o tanto que já foi feito e o muito que continua por fazer. Sessões de conversa, cinedebates, teatro, música, itinerários, visitas e muito mais, estarão disponíveis até ao final do ano

Municipalização da Educação

Gigantesca agressão à Escola Pública Gratuita, Democrática e de Qualidade para todos

Quando, em Junho de 2015, a Plataforma Sindical - que incluía a FENPROF e outras 7 organizações de professores - promoveu a realização, em todas as escolas do território nacional, de uma auscultação sobre a Municipalização, com a pergunta "Concorda com a municipalização da Educação?", a adesão à iniciativa e os resultados obtidos foram esmagadores: abstenções guase inexistentes e um estrondoso Não, que alcançou os 99%. Tanto a leitura nacional como a de âmbito local quer municipal quer de escolas e agrupamentos - mostraram ao país e aos responsáveis autárquicos e conselhos gerais das respetivas escolas e agrupamentos o repúdio dos professores e educadores por esta política.

Certo é que a transferência de competências não parou, tendo o governo PS definido a data-limite de 31 de março de 2022 para a conclusão.

Anti-democrático na sua origem, este processo tem decorrido contra os interesses dos principais actores educativos, os docentes, e contra a posição da maior parte dos municípios que, ou têm vindo a manifestar a sua discordância em relação ao modelo de "descentralização" imposto, ou já constatam a insuficiência das verbas municipais atribuídas.

No sentido de procurar travar a generalização compulsiva da municipalização, a FENPROF defende o adiamento da data-limite fixada e a promoção de um amplo debate sobre a descentralização em educação, no qual deverão ser integradas diversas posições, quer as que têm vindo a ser assumidas pelas organizações sindicais representativas dos trabalhadores da educação, quer as de outras entidades, como: o Conselho das Escolas, que anteviu, em 2015, a perda de autonomia das escolas

e a evidente criação de "uma manta de retalhos de subsistemas educativos"; a Associação Nacional de Municípios Portugueses que sublinhou, em 2015, que o processo de descentralização administrativa teria de ser propiciador da igualdade de oportunidades para todos os Municípios e para todos os cidadãos; o Conselho Nacional de Educação que, em 2019, elaborou a Recomendação sobre transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional.

Ao ser imposta a transferência de competências nos 278 municípios (do Continente), o que vai acontecer é termos 278 realidades no sistema educativo. Aquando da discussão, em 2018, o PCP manifestou-se contra por considerar tratar-se, não da regionalização, que defendemos, mas de uma falsa descentralização, de mais um ataque à escola pública. Iremos continuar a denunciar os efeitos de tal imposição que aprofundará as desigualdades entre autarquias, agravadas ainda pela insuficiência de verbas de financiamento com que sobretudo os municípios do interior do país se poderão vir a confrontar.

Agenda

20 Nov | 14h30 | Mq. Pombal, Lisboa Manifestação Nacional da CGTP-IN.

28 Nov | 16h00 | Teatro Rivoli, Porto Espectáculo comemorativo do Centenário do PCP.

Vem e traz outro amigo também!

Sector dos Professores Organização Regional de Lisboa Partido Comunista Português Av. da Liberdade, n.º 170 1250-146 Lisboa

Telefone: 213 307 000 E-mail: professores@dorl.pcp.pt